

**POLITICA EDUCACIONAL NO GOVERNO DE MOYSES LUPION:  
ASPECTOS HISTÓRICOS DA EXPANSÃO DA PRIMÁRIA NO  
PARANÁ/BRASIL (1947 a 1951 e 1956 a 1960)**

**Rosa Lydiá Teixeira Corrêa**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUCPR\*  
rosa.correa@pucpr.br

**Resumo**

O artigo trata sobre política social/educacional em duas gestões do governador Moyses Lupion no estado do Paraná, Brasil, entre os anos de 1947-1951 e 1956-1960. A abordagem sobre política social é feita tomando-se como referência o uso do termo Política Social, nas Mensagens de governo enviadas nesse período à Assembleia Legislativa do estado. Tais políticas sociais/educacionais são exemplificadas por meio de ações desse governo no campo educacional, por meio da expansão da escola primária no estado, entendidas à semelhança do enfoque do Estado do Bem-Estar social, sob a ótica de Keynes (1936).

**Palavras-chave:** Política Social; Política Educacional; Mensagem de Governo; Moyses Lupion; Escola Primária.

**Abstract**

The article deals with social/educational policy in two terms of Moyses Lupion governor in the state of Paraná, Brazil, between the years 1956-1960 and 1947-1951. The approach to social policy and made taking as reference the use of the term Social Policy, the government messages sent during this period the Legislative Assembly of the state. Such social/educational policies are exemplified by the actions of this government in the educational field, through the expansion of the primary school in the state, understood like the state's approach to social welfare, from the perspective of Keynes (1936).

**Keywords:** Social policy; Education policy; Government message; Moyses Lupion; Primary School.



## Introdução

Como o título deste artigo anuncia este trabalho versa sobre política de expansão da escola primária no estado Paraná, Brasil, nos anos de (1947-1951, 1956-1960). O período se justifica por duas razões: primeira, por ser um tempo importante de expansão desse tipo de escola nesse estado, e, segunda, por que a ideia de política educacional é tomada em mensagens e relatório de governo, no caso específico de duas gestões de Moises Lupion, como categoria que orienta as ações do governo no campo social, o que não se observa em outros documentos da mesma natureza dos governos que o antecederam.

Com efeito, a ideia de política social, na qual se incluem as educacionais, são consideradas originadas dos fins do século XIX e início do XX (Carvalho, 2007; Vieira, 2001), vinculada à compreensão do chamado Estado do Bem Estar Social, de compreensão keynesiana<sup>1</sup>. No entanto, sua maior repercussão se manifesta no pós-segunda guerra mundial, ante a necessidade de os Estados nacionais dirimirem os conflitos e desigualdades sociais decorrentes dos efeitos desse conflito bélico<sup>2</sup>, fundamentalmente. É nesse enfoque que serão tratadas neste texto as ações acerca da escola primária realizadas nas duas gestões de Moyses Lupion.

Assim, da leitura das Mensagens de Governo apresentados por Moyses Lupion, nos períodos anteriormente indicados, nos quais governou o estado do Paraná, e que foram enviadas à Assembleia Legislativa do estado nos anos de 1948, 1950, 1956, 1957 e 1958, apenas em uma delas, a do ano de 1950, não aparecem discriminadas ações de governo com a denominação “política social”. Especificamente na mensagem do ano de 1957 a educação é entendida no âmbito da política cultural. Outro dado que chama atenção nos textos das mensagens principalmente após os anos de cinquenta, é a noção de planejamento, afeita a, ‘obras planejadas, em

---

<sup>1</sup> John Maynard Keynes (1883-1946) publicou em 1936 sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Nesse domínio Keynes defende que o Estado deve regular a economia, principalmente visando a garantia de emprego à parte da população por não ser possível ao mercado capitalista garanti-lo no todo. Entende que o estado deve garantir condições básicas de direitos sociais à grande maioria da população. Neste sentido o pensamento do autor, denominado de keynesianismo, ficou também como Estado do Bem Estar Social.

<sup>2</sup> Dessa compressão decorre também, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

execução e concluídas.<sup>3</sup>

Mas, a expansão da escola primária no estado do Paraná, como em outros estados do Brasil, após os anos de 1930, no qual se inclui o período deste estudo resulta não somente de um imperativo posto, de um lado pela obrigatoriedade de oferta aos segmentos populares de saberes elementares necessários à sua inserção num processo de cidadania modernizador, mas de outro, e, articulado a este, o imperativo de inclusão de uma população jovem no mercado de trabalho. Essas questões concomitantemente, se vinculam em grande medida, a outros dois aspectos. Um de ordem interna decorrente da redefinição do mercado nacional e seus desdobramentos por meio dos rumos do capitalismo após a crise de 1929, no que pese ao fortalecimento da produção econômica interna, até os anos de 1940. Outro, de consequências do pós-segunda guerra que reforçam, sobretudo a importância desse fortalecimento. Disso tudo decorre a necessidade de o país seguir respondendo positivamente tanto às suas necessidades internas, quanto às externas, para o que, em grande medida tiveram papel importante, os governos Vargas com suas medidas nacionalistas<sup>4</sup>, principalmente a partir dos anos de 1940.

Do ponto de vista educacional tais medidas iriam se consubstanciar destacadamente, por meio de uma série de ações, entre elas, aquelas que incidem sobre a escola primária, representadas pelas Leis Orgânicas do Ensino Primário e que foram promulgadas no ano de 1946. Esse conjunto de leis pode ser caracterizado como a primeira iniciativa do Estado, na República<sup>5</sup>, em nível Federal, no que pese à responsabilidade conjuntamente com os estados para com a educação elementar da população brasileira. Lembremos que essa lei referenda a obrigatoriedade da escolarização primária já indicada nas Constituições Federais dos anos de 1934 e 1937 e reafirmada na de 1946.

A expansão da escola Primária no estado do Paraná nesse período,

---

<sup>3</sup> Relatório da Secretaria de Viação e Obras Públicas Departamento de Edificações Edifícios Construídos, Planejado e em Construção 1947-1950.

<sup>4</sup>O se costuma denominar de Era Vargas pode ser caracterizado como um longo tempo de fases diferentes. A primeira embrionária ocorre no chamado Governo Provisório - 1930-1934, depois Governo Constitucional - 1934-1937 e no Estado Novo - 1937-1945. Depois desse longo período Vargas retorna ao poder por voto direto no período de 1951 a 1954. Sobre esses períodos estudos de diferentes enfoques podem ser encontrados no livro organizado Bastos e Fonseca (2012), por exemplo.

<sup>5</sup>A Primeira iniciativa data do ano 1827, por meio da Lei de 15 de Outubro de 1827. Ela pode ser considerada também como primeira Lei que regula o imperativo de expansão da escola primária em território nacional.



certamente está em consonância com esses imperativos nacionais e internacionais, ocorrendo em maior escala para o interior do estado, em menores proporções na década de 1930 e, com maior intensidade entre os anos de 1940 e 1960. Esse processo marca uma peculiaridade desse estado, considerando-se que o mesmo fará seu crescimento para dentro, digamos assim, na medida em que a maior parte do investimento estadual se daria com vistas e incrementar um intenso processo de abertura de rodovias e estradas, visando criar condições de, paralelamente, serem edificadas novas escolas em distritos e municípios. Destaque-se que o investimento estadual na abertura de rodovias, intensifica-se na sequência da gestão do interventor Manoel Ribas<sup>6</sup>, a de Moyses Lupion, promovendo o crescimento de vilas e povoados no interior do estado. Isso ocorre no bojo de sistemáticas ações de distribuição de terras por meio de loteamentos que favorecerão sobremaneira o incremento da produção agrícola e agropecuária no estado. Desse modo, sua expansão notadamente econômica acompanha a da escola primária.

Com efeito, são tomados como fonte de estudo, Relatórios e Mensagens de Governo, Sinopses Estadísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mensagens e Relatórios de governo, poucas vezes apresentam relação de continuidade em termos de coerência entre os dados que trazem acerca da educação. Não nos cabe problematizar sobre isso, neste momento e buscar respostas para tais indagações, embora tenhamos clareza quanto aos limites dos mesmos, contudo, me parecem importantes para o fim aqui indicado.

### **Alguns Antecedentes à Política Educacional dos Governos de Moyses Lupion**

Quando Moyses Lupion assumiu o governo do estado Paraná, entre os anos de 1947 e 1951, encontrou não somente um estado em franco desenvolvimento econômico como com uma rede de escolas primárias relativamente constituída em termos de distribuição pelo estado. Para isso concorreram os governos que o precederam, destacadamente, Afonso Camargo (1928-30) e Manoel Ribas (1932-45).

Em mensagem destinada à Assembleia Legislativa no ano de 1930, Afonso de Camargo destaca o caráter promissor do Paraná entre as unidades da federação brasileira, considerando sua posição geográfica, clima e variedade de produção. Nesse documento também refere que essa unidade federativa tem resistido à crise

---

<sup>6</sup>Manoel Ribas governou o Paraná, como primeiro interventor Federal de 1931 a 1946.

econômica que abalou o mundo e, em particular, o Brasil. Sobre a instrução pública manifesta ser, entre outras, a que mais preocupa seu governo, destacando a necessidade de difusão da educação popular. Sobre o ensino primário traz os seguintes dados sobre as unidades escolares existentes por denominação. Na *capital* localizam-se as seguintes unidades de Grupos Escolares: “Anexo à Escola Normal Secundária”, “Dr. Xavier da Silva”, “Tiradentes”, “Dezenove de Dezembro”, “Barão do Rio Branco”, “Professor Brandão”, “Professor Cleto”, “Conselheiro Zacarias”, “Presidente Pedrosa”, “D. Pedro II.”<sup>7</sup> Nesse documento consta a existência de 10 (dez) grupos escolares, na capital Curitiba, no ano de 1930. No *interior*, anexo à Escola Normal de Ponta Grossa; Rio Negro, Barão de Antonina; Castro, Dr. Vicente Machado; União da Victória, Professor Serapião; Jacarezinho, Custódio Raposo; Jaguariahyva, Isabel Branco; Morretes, Miguel Scheleder; Palmeira, Jesuíno Marcondes; Antonina, Basílio Machado; Imbituva, Dr. Franco Valle; Lapa, Dr. Manoel Pedro; Campo Largo, Macedo Soares; Tibagy, Telemaco Borba; Ipyranga, Claudino dos Santos; São José dos Pinhais, Silveira da Motta; Prudentópolis, Barão de Capanema; Piraquara, Manuel Eufasio; Araucária, Dias Da Rocha; Paranaguá, Anexo à escola Normal Dr. Munhoz da Rocha; Affonso Camargo, Miguel Dias; Foz do Iguaçu; Bartholomeu Mitre; Guarapuava, Visconde Guarapuava; Cambará, Generoso Marques; Ponta Grossa, Senador Corrêa. (Paraná, Mensagem... 1930, pp.31-37).

Além disso, indica ainda, naquela mensagem 10 (dez) escolas complementares primárias, com 32 classes, bem como 82 escolas isoladas na capital e 1.297 no interior. Consta naquela mensagem, ainda, no ano de 1930, um total de 1.859 unidades (capital e interior) somando-se aos grupos escolares, o que perfaz um crescimento de 402 unidades em relação ao ano anterior, 1929, que era de 1.457.

Na mensagem de governo referente ao período de 23 de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1939, enviado ao então Presidente da República Getúlio Vargas, Manoel Ribas destaca a recuperação das contas do governo em relação ao estado de “caos financeiro” por ele encontrado quando assumiu o governo. Refere o expressivo crescimento econômico por meio de construção de obras rodoviárias, bem como do controle fiscal e de arrecadação de impostos, efeitos da moralidade do sistema

---

<sup>7</sup> No texto da mensagem referencia à existência de dois grupos escolares noturnos para operários que funcionam nos prédios dos grupos escolares Tiradentes e Xavier da Silva. Tudo indica tratar-se de duas classes, por isso não os consideramos como unidades escolares propriamente ditas, por funcionarem no interior de duas unidades existentes.



administrativo do estado e resultado da exportação da erva-mate, porém ampliando-se depois pela madeira, café, algodão e gado. (Paraná, Relatório... 1932 e 1939). Nesse canário, Ribas refere a construção de edifícios escolares destacando:

*Em Curitiba, foram construídos todos os edifícios e demais instalações que constituem a Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”, onde o governo dispendeu a apreciável somas de R\$ 532:167\$900.*

*Foi construído, mais um edifício na capital, que se destina também a uma Escola Agrícola, mas, que, por necessidade do serviço federal foi cedida ao 5ª regimento de aviação. Custou esse prédio a importância de R\$ 247:873\$200. (...)* (Paraná, Relatório Apresentado ... exercícios de 1932 e 1939, p. 8).

Nesse âmbito são inseridos ainda dados sobre escolas agrícolas referentes à construção de oito escolas, sendo 2 em Curitiba, 2 em Paranaguá, 1 em Castro, 1 em Ponta Grossa, 1 Palmeira e 1 em Rio Negro (Idem, p.9).

Além disso, há menção à construção na zona norte do estado, de mais 13 edifícios públicos sendo, um ginásio e 12 grupos escolares. Na região central do estado a construção de imponentes prédios para grupos escolares de Castro e Palmeira e o Ginásio “Regente Feijó” em Ponta Grossa, com destaque para a ampliação ou construção de nada menos de 17 prédios para grupos escolares em outras cidades. Na região sul do estado, a construção de grupos escolares Irati, Rio Negro e Lapa. (Idem, Ibidem). Outros dados são indicados nesse relatório, quais sejam: nos 49 municípios existentes no estado estão localizados 71 Grupos Escolares, com 518 classes, 34 Escolas Complementares, com 36 classes, 26 Jardins de Infância, com 30 classes, 1.288 Escolas Isoladas, 254 escolas municipais, e 107 Escolas Particulares.

Embora nesse Relatório Ribas, registre alguns avanços em relação aos Grupos Escolares que, de 52 passam para 71 e 34 escolas complementares. O número desse tipo de escola aparece em dado inferior ao indicado na Mensagem de 1931. Tudo leva a crer, que dados indicados na sequência do Relatório não estão compondo os anteriormente citados, quais sejam: “no ano de 1939, foram inaugurados 7 magníficos edifícios escolares, entre os quais o majestoso Grupo de Irati, o ginásio e Jacarezinho, o mais belo e completo estabelecimento secundário do estado” (Idem, p. 54). Refere ainda, nesse sentido o seguinte: “estão em vias de conclusão e próximas inaugurações, mais de cinco Grupos Escolares, todos dotados dos mais modernos

requisitos para uma perfeita e completada juventude paranaense” (Idem). Tais dados estão inseridos em um quadro geral de construção, que certamente não foram computados no conjunto de unidades anteriormente referidos por não terem sido inaugurados. Desse quadro computamos 23 Grupos Escolares e 27 Casas Escolares<sup>8</sup> construídas. Assim, sem considerar estes dois últimos dados, temos 1.647, unidades escolares públicas no período de 1932 a 1939, gestão de Manoel Ribas. Numero superior ao apresentado na Mensagem de 1931. Nesse sentido consta-se sensível expansão de unidades educativas de escolarização primária, em relação, por exemplo, ao ano de 1930, indicado anteriormente, com um acréscimo de 386 unidades escolares.

Vale dizer que o processo de expansão escolar primaria alinha-se ao processo de expansão agrícola da construção e melhoramento de rodovias, fundamentais para o incremento da produção agrícola e conseqüente desenvolvimento econômico do estado. O quadro a seguir sintetiza um pouco das preocupações governamentais no período de 1932 a 1930.

Mas em relatório denominado de “Realizações do Governo Manoel Ribas” do período de 1937 a 1942, incluindo apenas dois anos do anterior, pudemos ter acesso a outros dados sobre a expansão das unidades escolares primárias no estado do Paraná. Desse Relatório indico no Quadro 1 a dotação orçamentária do estado para Educação Pública que foi destinada no período de 1938 a 1942. Essa dotação me parece importante para avaliar o potencial de investimento do estado na expansão de unidades educativas. A partir de 1932, quando Manuel Ribas assume o governo do estado, tudo indica ter havido aumento gradativo de investimento no setor educacional como se pode observar no quadro acima. Para reforçar essa ideia o documento traz ainda os seguintes dados sobre o ensino primário, em unidades escolares: no ano de 1932, 1.136; em 1942, 1966. Verifica-se o aumento de 830 unidades em relação ao ano de 1932. Os grupos escolares que somavam em 1932, 50 unidades, em 1942 atingiram a soma de 87, com trinta e sete unidades a mais. (Idem, p.15).

---

<sup>8</sup> Dos dados sobre escolas que constam no quadro intitulado, “Quadro geral de Construção de Edifícios Levadas a efeito no período de 1932 a 1939”, foram considerados para efeito de computo somente os correspondentes a Grupos escolares novos. Ficaram de fora, aqueles que sofreram ampliação. Não foram também somadas as Escolas de Trabalhadores Rurais (Paraná, Relatório Apresentado... exercícios de 1932 e 1939, p. 54 letras A e B)



Quadro 1 – Estado do Paraná Educação Pública do Período de 1938 a 1942 –  
Dotação Orçamentaria

<i>Ano</i>	<i>Dotação Orçamentária Cr\$</i>
1932	4.854.424,00
1933	5.105.486,00
1934	5.542.981,00
1935	5.671.183,00
1936	6.538.508,00
1937	8.072.464,00
1938	10.831.660,00
1939	11.465.356,00
1940	13.139.810,00
1941	14.831.631,00
1942	16.293.747,00

Fonte: Quadro elaborado com dados obtidos do documento “Realizações do Governo Manoel Ribas” do período de 1937 a 1942, p. 15.

Seguindo a lógica da expansão para o interior e, ao mesmo tempo, tudo indica, visando criar condições para o desenvolvimento agrícola do estado, o governo cria entre 1937 e 1942, onze unidades escolares, sendo nove destinadas à formação rural e duas para pescador.

Quadro 2- Estado do Paraná Ensino Agrícola Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores Criadas e Mantidas Pelo Estado 1937-1942

<b>Denominação da Escola</b>	<b>Localização Município</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Ano de instalação</b>	<b>Número de matrícula</b>
Escolas de Trabalhadores Rurais de Canguiri	Piraquara	85 alunos	1936	65
Escolas de Trabalhadores Rurais de "Dr. Carlos Cavalcanti"	Curitiba	60 alunos	1937	60
Escolas de Trabalhadores Rurais de Guaratuba "Augusto Ribas"	Ponta Grossa	110 alunos	1938	110
Escolas de Trabalhadores Rurais de "Olegário Macedo"	Castro	100 alunos	1938	90
Escolas de Trabalhadores Rurais de "Getúlio Vargas"	Palmeira	100 alunos	1940	100
Escolas de Trabalhadores Rurais de "Rio Negro"	Rio Negro	60 alunos	1940	60
Escolas de Trabalhadores Rurais de "Campo Comprido"	Curitiba	30 alunos	1941	30
Escolas de Trabalhadores Rurais de "Ivaí"	Ipiranga	60 alunos	1942	60
Escolas de Trabalhadores Rurais de G "Três Bicos"	Reserva	60 alunos	1942	60
Escola de Pescadores "A. Serafim Lopes"	Paranaguá	75 alunos	1936	80
Escola de Pescadores de Guaratuba	Guaratuba	60 alunos	1940	60

FONTE: Quadro elaborado com dados obtidos do documento "Realizações do Governo Manoel Ribas" do período de 1937 a 1942, p.46

Observa-se a quase totalidade de correspondência entre matrícula e número de vagas ofertadas nas escolas rurais. Embora o período de Manoel Ribas abranja de



1932 a 1945, não há, tudo leva a crer, mensagens e tampouco relatório de governo dos três últimos anos de gestão. Em Relatório apresentado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio por meio do Departamento de Ensino Superior, Técnico e profissional referente ao exercício de 1945 constam as onze unidades escolares destinadas a formação técnica/profissional, sendo nove rurais e duas de pescadores. (Paraná, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Técnico e Profissional Relatório do exercício de 1945, p. 28).

### **Política Educacional: Expansão da Escola Primária no Governo de Moyses Lupion**

#### *Preâmbulo*

A concepção de ações governamentais sob a ótica de Política Social é explicitada na primeira Mensagem apresentada por Lupion, à Assembleia Legislativa do Paraná, por ocasião da abertura da sessão legislativa do ano de 1948. Importa dizer que, entre todos os textos de mensagens apresentadas ao legislativo, esse é o mais específico em termos de explicitação que indique para uma compreensão sobre política social.

*A política social em nosso governo esta orientada pelos termos de nossa plataforma: “Um dos sentidos de nosso programa é a ideia de melhorar a vida para um numero crescentemente maior dentro do Paraná” (...). “Com esforço e com tenacidade havemos de superar as dificuldades que afligem o povo, e havemos de dar ao povo uma vida mais “tranquila e mais humana.” (Paraná, mensagem ....., 1948, p. 65)*

Certamente Lupion esteve atento às exigências teóricas que anunciavam orientações sobre a relação a ser estabelecida entre Estado/estado e Sociedade, no pós-guerra e desde há muito, com a circulação do pensamento keynesiano. E, nesse sentido, muitas seriam as frentes a atender, em primeiro lugar, garantir alimentação do povo, as “cousas” de primeira necessidade. O estado chama para si, questões relacionadas ao pauperismo, em termos de saúde, da assistência social de casos individuais e de casos coletivos, da criança por meio da criação de um Departamento para suas questões e da adolescência, expressando conformações com princípios do Estado de Bem Estar Social. Sobre a Educação, no âmbito das intenções dessa característica de Estado, ele manifesta uma concepção, qual seja:

*Num sistema escolar, temos de considerar a existência de instituições de educação ordinária, de educação emendativa e de educação supletiva, entendendo-se como ordinária a que é dada aos indivíduos normais, e aqui teremos de considerar, sobretudo, os anormais dos sentidos, os normais da inteligência e os anormais de caratês; e entende-se como supletiva, a educação dada a indivíduos que ainda que anormais, não recebem a formação comum na época adequada. (Idem, p. 84)*

As três compreensões indicadas por Lupion, embora tragam dois termos aparentemente diferentes, ou seja, a educação ordinária e supletiva, o conteúdo de suas explicitações as aproximam daquelas trazidas por sobre a pedagogia científica defendida por Oscar Thompson em 1914.

Com efeito, a ideia de política social permanece sendo usada nas mensagens de governo de Lupion, em praticamente todas as que foram enviadas à Assembleia Legislativa. Ela se estende às áreas educacional, de saúde, habitação saneamento básico, assistência social, em conformidade com a lógica de entendimento de política social (Carvalho, 2007; Vieira, 2001). No campo educacional são várias as frentes de atendimento às presumíveis necessidades sociais, pela expansão de unidades escolares representadas por estabelecimentos de ensino, como, ginásios, escolas técnicas, escola de educação física e criação de faculdades nos municípios de Londrina, Paranaguá, União da Vitória, Ponta grossa, por exemplo. Do mesmo modo, são constatadas realizações sob a ótica de política social, contemplando edificações de escolas primárias e remuneração de professores.

#### *Política social/educacional de expansão da escola primária.*

Trarei a seguir dados de expansão de unidades escolares primárias do primeiro período de Governo de Lupion. Este período inicia-se sob o discurso manifestado por meio de Mensagem a Assembleia Legislativa do estado na abertura do ano legislativo de 1948. Após saudar os nobres deputados refere ter assumido o governo ainda sob os efeitos da crise econômica dos fins dos anos vinte e início dos trinta. Destaca a pujança de desenvolvimento econômico do norte do estado, atentando para o fato de que mais estradas ainda precisariam ser construídas. Diz ele:

*(...) os olhos do Paraná todos se voltam para o norte do estado, que nos apresentava o quadro de uma produção do prodigiosa abundância, com uma*



*extraordinária realidade e a mais promissora anunciação para o futuro; mas, mas, ao mesmo tempo que isso, o víamos todos lutando conta a mais acabrunhante falta de transporte apesar de termos mercado, não apenas certo, mas sequiosos. Poucos quadros nesse domínio poderiam ser mais inquietantes. Na véspera de atingirmos uma excepcional posição no plano econômico nacional, era como se disséssemos ao homem criador da riqueza e da abundância que parasse sem seu esforço. (Paraná, Mensagem.....1948, p. 2)*

Após um ano de governo exalta o sucesso na arrecadação de impostos. “Tendo obtido uma arrecadação perto de cem milhões de cruzeiro mais do que o orçado, pudemos, não só cobrir aqueles trinta e seis milhões de despesas irregulares, como ainda pudemos adquirir uma relativa, apesar de insuficiente, liberdade de movimentos” (Idem, p. 4).

Nessa Mensagem Lupion demonstra dotar-se de visão moderna de administração, chamando atenção para a necessidade de planejamento e da realização de conferências como a que realizou com os prefeitos do estado. No âmbito educativo menciona sobre a necessidade de melhorar a formação profissional dos professores primários o que, resultaria em conseqüente melhor desempenho dos alunos (Idem, p.11).<sup>9</sup>

Em Relatório correspondente ao período de 1947 a 1950, sob o título “A Concretização do Plano de obras do Governo Moisés Lupion 1947-1950”, discriminado pela Secretaria de Viação e obras Públicas, Departamento de Edificações, constam dados sobre diversas obras realizadas nesse período, entre elas aquelas destinadas às escolas primárias. Selecionei para compor o quadro abaixo apenas as que atendem às finalidades deste trabalho e que me servirão como referência para estabelecermos comparação com os dados já indicados sobre a gestão de Manoel Ribas. Assim têm-se em termos de edifícios, efetivamente construídos, no quadro a seguir, dados decorrentes da primeira gestão de Lupion.

---

<sup>9</sup> Essa mensagem, tudo, indica, se constituiu de modo geral numa carta de intenções, o governador Moisés Lupion não apresenta dados sobre unidades escolares e modelos.

Quadro 3 - Secretaria de Viação e Obras Públicas - Departamento de Edificações edifícios construídos 1947-1950

Unidades		Nº de Salas								Sem especificação de numero de salas
		01	02	04	06	08	10	12	14	
45	Grupos Escolares	-	-	14	13	05	04	06	01	02
213	Casas Escolares	211	02	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Paraná, A Concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion, 1947-1950, pp. 13 -87.

Além disso, em dois anos subsequentes, então no segundo mandato, o governador Moysés Lupion em Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, por ocasião da sessão legislativa ordinária do ano de 1956 e 1958 faz referencia aos seguintes dados:

Quadro 4 - Números de Modalidades e Unidades Escolares Existentes nos ano de 1956/1958

1956		1958	
Grupos Escolares	226	Grupos Escolares	288
Escolas Isoladas Municipais	2.614	Escolas Isoladas Municipais	
Escolas Isoladas	1.712	Escolas Isoladas	1.796
Escolas Primárias Rurais	1.036		
		Casas Escolares	08

Fonte: (Paraná, Mensagem.....1956 e 1958)

Observa-se o crescimento de 62 unidades de Grupo Escolar, no ano de 1958 em relação ao de 1957. Atendendo, segundo a mensagem, a 10% da população do estado e 80% da população escolar primaria.

Desse modo constatam-se as intenções de política social, expressadas no campo educacional, tudo indica, efetivadas por meio de importante expansão de unidades escolares destinadas ao ensino primário, em relação anos situados entre 1930 e 1947.

Nesse sentido, convém assinalar com Magalhães que,



*O primeiro governador eleito, Moysés Lupion, valeu-se da imagem de Manoel Ribas, governador e interventor durante o Estado Novo. Sua ênfase na modernização do Estado, na política de distribuição de terras e abertura de estradas conferiu-lhe forças para levar vitória o seu herdeiro político. Na verdade Getúlio Vargas é o grande condutor desse processo eleitoral que levou Dutra à presidência e influenciou nas eleições estaduais que se seguiram. (...)* (Magalhães, 2001, p. 55).

As ações de Lupion são tomadas no âmbito de um espírito modernizador e, por isso renovador<sup>10</sup> em seu conjunto, consideradas como política social, portanto afeitas à lógica do Estado Bem-Estar social. Esse entendimento também se pode depreender em Magalhaes (2001, 53), no universo do que denomina de “anos dourados” de crescimento econômico do estado do Paraná, favoráveis, então, ao ensejo de tais ações, e, no bojo das mesmas, as de política educacional,

Mas, o conjunto dos dados nos insta a fazer outras apreciações visando saber até que ponto a expansão quantitativa de unidades escolares primárias pode ou não se manifestar também em termos quantitativos de matrícula e, ao mesmo tempo qualitativos. Isso será tratado no item a seguir.

#### *A expansão em matrículas versus política educacional de expansão da escola primária*

A dinâmica de matrículas torna-se fundamental para acompanhar o processo de efetivação das diferentes ações governamentais que foram levadas a cabo no período deste estudo. Para tanto e, considerando ser uma estratégia que me permite ter em conjunto os dados contidos em Mensagens de Governo e Sinopses do IBGE optei por fazer uma exposição por década em dois quadros (5 e 7), considerando que os mesmos são diferentes entre as fontes usadas como referência.

Os dados podem corroborar a ideia do fenômeno da progressiva expansão da escola primária por meio das matrículas. Elas contribuem sobremaneira para uma apreciação objetiva desse fenômeno considerando tratar-se de registros de demonstrativos do acesso da população à qual aquele tipo de escola se destinaria.

---

<sup>10</sup> Apesar de Lupion ser reconhecido por seu talento e, até certo ponto independência política, um homem modernizador, foi visto também, como um político inescrupuloso e de ter-se aproximado de políticos cuja honestidade era colada em questão (Cfr. Magalhaes, 2001, p. 56).

A seguir indico dados de expansão da escola primaria em matrículas na década de 1940. O quadro 5 permite verificar a diferença importante entre matrícula geral e efetiva. O que, por seu turno remete ao presumível crescimento populacional do estado, que pode ser conferido no quadro 6.

Quadro 5 – Matrículas Ensino Primário, 1940 – 1949

Matrícula Geral (MG) e Efetiva (ME)		
Anos /Década	FONTES	
	Mensagens e Relatórios de Governo	IBGE
1940		
1941	112.009(MG)	
1942	123.776 <sup>11</sup> (MG)	
1943		
1944		
1945	297.816(MG) 78.955 (ME)	
1946	108.158 (MG)	114.746 (MG) 84.749 (ME)
1947		119.588(MG) 90.148(ME)
1948	108.158 (MG) 78.955(ME)	145.661 (MG) 93.056 (ME)
1949		155.472(MG)

Fonte: Paraná, Mensagens e Relatórios de Governo enviados a Assembleia Legislativa do estado entre os anos de 1940 a 1949 e, Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, anos de 1946 a 1949.

Sobre o crescimento populacional do estado, Lupion, na Mensagem de Governo de 1958, refere que esse crescimento se deve entre outros, aos resultados de Revolução de 1930 que redefiniu as possibilidades de distribuição de terras, primeira etapa deste processo que o Paraná iria, em outras palavras aproveitar, com o processo de aproveitamento do sertão por meio de políticas de pequena propriedade ao lado de concessões às empresas que concorreram para o surto populacional do estado. Seguindo a lógica discursiva do governador, Balhana, Machado e Westphalen (1969), indicam, neste ano de publicação da obra, que o Paraná, desde a realização

---

<sup>11</sup> Realizações do Governo Manoel Ribas, de 1937 a 1942, p. 15.



do senso de 1872, entre as décadas de 1940 e 1950 e desta para 1960, apresentou medida de crescimento populacional maior que o mundial que era de 2,2% e, sobre a população brasileira aumentou de 1,3% para 6,0% como indicam os dados (Balhana, Machado e Westphalen, 1969, p. 246).

Quadro 6 – Proporção da população paranaense sobre o total da população brasileira

Anos	População paranaense	População brasileira	%
1872	126.722	9.930.478	1,3
1890	249.491	14.333.915	1,7
1900	327.136	17.318.556	1,9
1920	685.711	30.635.605	2,2
1930	1'236.726	41.565.083	3,0
1950	2.115.547	51.944.397	4,1
1960	4.277.763	70.967.185	6,0

Fonte: Balhana, Machado e Westphalen, História do Paraná, Gráfica e Editora Paraná Cultural, 1969, p. 246.

Dos dados contidos no quadro a seguir é possível seguir inferindo sobre o acrescimento da população escolar primária, principalmente por meio dos dados do IBGE que nos dão um conjunto de visibilidade melhor para tanto, ao mesmo tempo em que indicam o que poderíamos denominar do boom de possibilidades de acesso e permanência na escola primária entre os anos de 1956 e 1957, ainda que haja uma diferença importante de mais de 50%, no ano de 1957, entre matrícula geral e efetiva. Ao mesmo tempo em que esses dados apontam para o que podemos denominar de consolidação do povoamento do estado. No quadro 7, ver dados sobre matrícula geral e efetiva na escola primária, na década de 1950.

Nota-se do quadro que há um *crescendum* no número de matrículas no ensino primário no estado durante toda a década de 1950 e com crescimento importante do início, para o fim da década, com destaque para uma espécie de *boom* de matrícula geral nos anos de 1956 e 1957, na sequência da segunda gestão de Moyses Lupion, corroborando para possíveis efeitos demandados de sua política social/educacional de expansão da escola primária no estado. Contudo, principalmente os dados do IBGE indicam para descompasso entre matrícula geral e matrícula efetiva, mesmo nos anos de *boom*, como nos demais.

Quadro 7 – Matrículas ensino primário 1950 – 1959

Matrícula Geral (MG) e Efetiva (ME)			
Anos /Década	Fontes		
	Mensagens e Relatórios de Governo	IBGE	Álbum 1º centenário da emancipação política do Paraná
1950	125.927 (MG) 114.362 (ME)		
1951		153.316 (MG)	136.717
1952		158.880 (MG) 117.240 (ME)	
1953		164.612 (MG)	
1954		172.065 (MG)	
1955		252.277 (MG) 207.652 (ME)	
1956	154.286(MG)	301.715 <sup>12</sup> (MG) 253.055 (ME)	
1957		330.013 (MG) 182.162 (ME)	
1958	297.816 (MG)	281.515(MG)	
1959		292.024(MG) 282.515 (ME)	

Fonte: Paraná, Mensagens e Relatórios de Governo enviados a Assembleia Legislativa do estado entre os anos de 1950 a 1958; BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, anos de 1951 a 1959 e Parana, Álbum 1º, Centenário da Emancipação Política do Paraná.

<sup>12</sup> Foram subtraídos 21.699 matrículas correspondentes ao ensino particular. Para o Paraná não há dados sobre matrícula para o ensino primário federal. Estão listadas matrículas de 189.152 estaduais e 21.699 municipais. (cfr. Brasil. IBGE, Ensino Primário no Brasil, 1955/1956, p. 358).



## Considerações Finais

O propósito deste trabalho foi indicar a ideia de política social/educacional constante em mensagens de governo de duas gestões de governo de Moyses Lupion. Elas acham-se referidas correspondentemente às ações levadas a efeito nos dois períodos nos quais Lupion governou o estado do Paraná. Referem-se indistintamente ao campo econômico e propriamente social, sendo situadas como “política econômica” e “política social”, sugerindo, a partir dessa documentação, empreendimentos por parte do gestor em várias e distintas frentes com vistas a tornar o estado moderno e prestigiado no cenário nacional.

Do ponto de vista educacional não se pode negar que houve importante crescimento quantitativo de unidades escolares em distintas modalidades, com destaque para as construídas no interior do estado e em diferentes localidades, considerando-se as discriminações trazidas nas mensagens. Neste particular, especial atenção deve dada ao número significativo de construção de escolas isoladas, seguidas de grupos escolares rurais.

A política social/educacional de expansão de Lupion, contudo, ainda que tenha sido empreendida visando atender necessidades sociais prementes do estado e de sua população, deixou a dever quando não foi suficiente abrangente no sentido de manter números consideráveis de crianças na escola. Corrobora, nesse sentido, com o fato de que as políticas sociais devem ser amplas, ou seja, não basta proporcionar pretensa escolarização, se outras condições objetivas não forem garantidas à população escolar para sua permanência na escola.

Nas políticas sociais/educacionais de Lupion, houve condição de acesso, como mostram os dados contidos no quadro 7, mas a permanência deixou a dever. Certamente esse é uma característica de política educacional que ainda nos dias atuais esta por se concretizar.

## Referências Bibliográficas

- Balhana, A. P., Machado, B. M. & Westphalen, C. M. (1969). *História do Paraná*. Gráfica e Editora Paraná Cultural.
- Bastos, P. P. Z & Fonseca, P. C.D. (Orgs). (2012). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Carvalho, Ailton Mota de (2007). Políticas sociais: afinal do que se trata? *Agenda*

- Social*. Revista do PPGPS/UENF. Campos dos Goytacazes, 1(3), 73-86.
- Keynes, John Maynard (1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova cultural.
- Magalhães, Marion B. de (2001). Paraná: *Política e Governo*. Curitiba: SEED. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios)
- Vieira, Evaldo (2001). A política e as bases do direito educacional. *Cadernos Cedes*, ano XXI, 55.
- Pinto, Neuza B. & Corrêa, Rosa Lydia T. (2015). Pedagogia científica em tempos de Escola Nova: representações na educação paranaense, 1930-1960. In Miguel & Ferreira (Orgs.). *Formação de Professores, História, políticas educacionais e práticas pedagógicas*. Curitiba: Appris.
- Souza, R. F., Lopes, A. P. C. & Pinheiro, A. C. F. (Orgs) (2015). *História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectivas comparadas em âmbito nacional*. Aracaju: EDISE.

## Fontes

- Brasil, Ministério da Educação e Cultura. *Serviço de Estatística da Educação e Cultura. (Órgão do Conselho Nacional de estatística). Ensino primário no Brasil em 1951-1954. 2º Volume – Ensino Extraordinário*. Serviço Gráfico do IBHE. Rio de Janeiro, 1957.
- Brasil, Conselho Nacional de Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. *Vi Recenseamento Geral do Brasil. Censo Estado do Paraná, Seleção dos principais Dados. Demográfico, 1º de julho de 1950*. Rio de Janeiro Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953 (Município de Curitiba);
- Brasil, República dos Estados Unidos do. Estado do Paraná. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse Estatística do Estado do Paraná, n.3, separata, com acréscimos, do Anuario Estatístico do Brasil, ano IV, 1938*. TIP. Max Roesnser & Filhos, LTDA, Curitiba, 1939. (Situação Cultural);
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado do Paraná, n. 4*. (Separata com acréscimos, do “Anuário Estatístico do Brasil”, ano V, 1939/1940, organizado com a colaboração do Departamento Estadual de Estatística). Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1942 (Situação Cultural).
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de



Estatística. *Sinopse Estatística do Estado. Nº 3* (separata, com acréscimos do Anuário Estatístico do Brasil, Ano IV-1938. Typ. Max Roesner & Filhos Ltda, Curitiba, 1939.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estado do Paraná. Instituto nacional de estatística. Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura. Departamento de Agricultura e Estatística. *Sinopse Estatística do Estado. Nº1* (Separata, com acréscimos do Anuário Estatístico do Brasil, Ano II-1936. Soc. Ltda. Artes Gráficas, Curitiba, 1938

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse Estatística do Estado. Nº 2* (separata, com acréscimos do Anuário Estatístico do Brasil, Ano III-1937. Soc. Ltda. Artes Gráficas, Curitiba, 1938

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 3 ed.* Rio de Janeiro, 1937.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 4 ed.* Rio de Janeiro, 1938.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 6 ed.* Rio de Janeiro, 1946.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 7 ed.* Rio de Janeiro, 1947.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Anuário Estatístico do Brasil. 8 ed.* Rio de Janeiro, 1948.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 10 ed.* Rio de Janeiro, 1950.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 11 ed.* Rio de Janeiro, 1951.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 12 ed.* Rio de Janeiro, 1952.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 13 ed.* Rio de Janeiro, 1953.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 15 ed.* Rio de Janeiro, 1955.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 16 ed.* Rio de Janeiro, 1956.

Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil. 17*

- ed. Rio de Janeiro, 1957.
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. 18 ed. Rio de Janeiro, 1958.
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. 20 ed. Rio de Janeiro, 1960.
- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. 21 ed. Rio de Janeiro, 1961.
- Paraná, *Mensagem Apresentada a Assembleia Legislativa do Estado pela ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956*, pelo Sr. Moysés Lupion, Governador do Paraná, Curitiba, Paraná, 1958.
- Paraná, *Mensagem Apresentada a Assembleia Legislativa do Estado pela ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956*, pelo Sr. Moysés Lupion, Governador do Paraná, Curitiba, Paraná, 1957.
- Paraná, *Mensagem Apresentada a Assembleia Legislativa do Estado pela ocasião da abertura da Sessão Legislativa Ordinária de 1956*, pelo Sr. Moysés Lupion, Governador do Paraná, Curitiba, Paraná, 1956.
- Paraná, *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951*, pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Curitiba, Paraná, 1951.
- Paraná, *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da sessão legislativa de 1950*, pelo Governador Moysés Lupion. Curitiba, Paraná, 1950.
- Paraná, *Mensagem Apresentada a Assembleia Legislativa do Estado pela ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1948*, pelo Sr. Moysés Lupion, Governador do Paraná, Curitiba, Paraná, 1948.
- Paraná, *Relatório Apresentado à sua Excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas M. D. Presidente da República* pelo Snr. Manoel Ribas Interventor Federal no Estado do Paraná, exercícios de 1940 e 1941.
- Paraná, *A Concretização do Plano de Obras do Governador Moysés Lupion, 1947-1950*.
- Paraná, *Relatório*. Realizações de Governo, Manoel Ribas no Período de 1937-1942.
- Paraná, *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná* pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do estado, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 1ª Legislatura em 1º de setembro de 1937.
- Paraná, *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo*



*Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do estado, a 2ª Sessão ordinária da 1ª Legislatura da Segunda República em 1º de setembro de 1936. Imprensa Gráfica Paranaense, Curitiba.*

*Paraná, Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do estado, ao instalar-se a 1ª Legislatura da Segunda República em 16 de maio de 1935.*

*Paraná, Relatório Apresentado pelo Exmo. Sr. Manoel Ribas, D.D. Governador do Estado do Paraná, pelo Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas, Othon Mader, Exercício de 1934. Junho de 1935.*

*Paraná, Mensagem Dirigida pelo Interventor Federal do Paraná, General ario Tourinho, ao chefe de governo Provisório da República Dr. Getúlio Vargas, Curitiba, 5 de outubro de 1931.*

*Paraná, Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Afonso Alves de Camargo ao instalar-se a 1ª sessão da 20ª legislatura. Curitiba, 1 de fevereiro de 1930.*